



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO**  
**Comitê de Gestão de Riscos**

**ATA DA 1ª REUNIÃO DO COMITÊ DE GESTÃO DE RISCOS 2021**

(Ato TRT GP n. 464/2015)

Ata da 1ª Reunião do Comitê de Gestão de Riscos do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região (CGR-TRT6), realizada no dia 02 de julho de 2021, às 10 horas, por videoconferência.

Estiveram presentes os seguintes membros do Comitê e convidados:

<b>MEMBROS DO COMITÊ</b>
<b>LUCIANO JOSÉ FALCÃO LACERDA</b> Secretário-Geral da Presidência
<b>ÉRIKA ANTUNES DE ARAUJO GUSMÃO</b> Diretora-Geral
<b>CRISTIANE MACHADO NASCIMENTO</b> Corregedoria Regional
<b>ALESSANDRO ALCIDES DE SOUZA</b> Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação
<b>ELISABETE DUARTE DE SOUSA ALVES</b> Coordenadora de Gestão Estratégica
<b>CONVIDADOS</b>
<b>ALEXSANDRA MONTEIRO DA SILVA</b> Seção de Processos Organizacionais/CGE
<b>AVANY GOMES DA CUNHA CAVALCANTI</b> Diretora da Secretaria de Auditoria Interna, em exercício

ELISABETE DUARTE DE SOUSA ALVES

AVANY GOMES DA CUNHA CAVALCANTI

CRISTIANE MACHADO NASCIMENTO

ÉRIKA ANTUNES DE ARAUJO GUSMÃO

ALESSANDRO ALCIDES DE SOUZA

ALEXSANDRA MONTEIRO DA SILVA





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO**  
**Comitê de Gestão de Riscos**

O Secretário-Geral da Presidência, Luciano Lacerda, agradeceu a presença de todos e iniciou a reunião.

A Coordenadora de Gestão Estratégica, Elisabete Duarte, informou que o objetivo da reunião compreendia: (1) a análise e aprovação das Estratégias para Levantamento dos Riscos dos quatro processos selecionadas para o exercício 2021; (2) a apresentação da Proposta de Repriorização dos Planos de Tratamento de Riscos (PTR) de dois processos para o exercício de 2022 e (3) a avaliação dos Indicadores de Desempenho da Gestão de Riscos no período compreendido entre 2018 e 2021.

Dando continuidade, a servidora, Alexsandra Monteiro, apresentou a estratégia para levantamento dos riscos do Processo de Provimento de Cargos de Magistrados e Servidores, informou que o escopo do trabalho compreendia todas as formas de provimento tanto originárias quanto derivadas, assim sendo, envolveria a análise de 11 subprocessos, conforme detalhados a seguir:

**Provimento de Cargos para Servidores:**

- Provimento originário: Nomeação
- Provimento derivado: Promoção; Readaptação; Reversão; Aproveitamento, Reintegração e Recondução.

**Provimento de Cargos para Magistrados:**

- Provimento originário: Nomeação
- Provimento derivado: Promoção; Remoção e Acesso aos Tribunais.

Alexsandra Monteiro reforçou que para o desenvolvimento dessas atividades seria necessária a colaboração da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGEP) especificamente do Núcleo de Gerenciamento, Cadastro e Movimentação de Pessoal (NGCMP) e da Seção de Atendimento ao Magistrado (SAMG), além da Corregedoria. A proposta apresentada sugeriu o início das atividades a partir da segunda quinzena de julho/2021.

Em seguida, foi apresentada a estratégia de Levantamento de Riscos do Processo de Segurança da Informação Institucional cujo escopo se restringe apenas aos aspectos apregoados na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Luciano Lacerda chamou atenção para o fato das atividades de implantação da LGPD ainda estarem em estágio inicial e que, nesse momento, o levantamento de riscos do processo poderia se





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO**  
**Comitê de Gestão de Riscos**

sobrepor as atribuições do próprio Comitê de Proteção de Dados. Alessandro Alcides acrescentou que compreende que os trabalhos realizados por ambas as equipes são complementares. O Comitê de Proteção de Dados atua deliberando quanto aos aspectos imprescindíveis ao atendimento da LGPD e a CGE atuando na identificação dos riscos e implementando ações para atenuá-los. Érika Gusmão sugeriu postergar o início das tarefas de avaliação de riscos para a segunda quinzena de setembro/2021. Porém, propôs o início do mapeamento e modelagem do fluxo de informações do Processo de Segurança da Informação Institucional para agosto/2021.

Alexsandra Monteiro prosseguiu propondo a repriorização das atividades de levantamento de riscos dos Processos de Correição (Atividade Regulatória) e Prestação Jurisdicional (Fase de Conhecimento) para o primeiro semestre de 2022. Ademais abordou os aspectos detalhados nessas estratégias, conforme segue:

- (a) O escopo dos trabalhos para o Processo de Correição se restringe a atividade regulatória da corregedoria e
- (b) O escopo dos trabalhos para o Processo de Prestação Jurisdicional limita-se a fase de conhecimento

Porém em ambas as estratégias os critérios utilizados para escolha das varas, que irão colaborar se basearam nos seguintes pontos:

- (a) forma de trabalho: dígito x carteira e
- (b) localização: capital, região metropolitana e interior.

Alexsandra Monteiro indagou a Cristiane Machado e a Luciano Lacerda se eles poderiam sugerir o nome de outras varas do trabalho para compor o rol de equipes participantes. Luciano Lacerda sugeriu a inclusão da 1ª Vara do Trabalho de Ipojuca, em razão da sensível melhora constatada na organização da secretaria, na Correição Ordinária de 2020, quando comparada à de 2019, melhora essa que coincidiu com a troca do Diretor de Secretaria, e consequente mudança no modo de gestão da unidade. Cristiane Machado propôs também a inclusão de um novo critério: o Juízo 100% digital. Além disso, Cristiane se comprometeu para em momento posterior, em conjunto com Marisa Lyra, apresentar sugestões de varas para complementar o rol.

Em seguida, Alexsandra Monteiro demonstrou o Desempenho dos Planos de Tratamento de Riscos (PTR) no período compreendido entre 2018 e 2021. O monitoramento dos planos é realizado mensalmente, por meio de três indicadores, sendo





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO**  
**Comitê de Gestão de Riscos**

eles: (a) Índice de Processos de Trabalho com PTR que no período de 2018 até 2021 conseguiu superar a meta estabelecida em 37,5(%), apesar disso, em 2021, o alcance da meta foi afetado pela redução nos integrantes da equipe, situação que já foi contornada com a chegada de duas pessoas; (b) Índice de Execução dos Planos de Tratamento de Riscos que apresentou uma evolução com tendência de crescimento no período, sendo em 2018=>IE%:81%; 2019=>IE%:96% e 2020=>IE%:92%. Por fim, foi analisado o (c) o Índice de Execução do Plano de Comunicação que passou a ser aferido a partir de 2020 tendo alcançado os seguintes percentuais de execução: em 2020, executado 100% das ações definidas e, em 2021, o percentual encontra-se em 57% com previsão de elevação até o final do semestre.

Luciano Lacerda observou que as metas estabelecidas para cada um dos indicadores estavam sendo alcançadas com grande facilidade e sugeriu a definição de metas mais desafiadoras. Elisabete Duarte informou que essas metas foram definidas quando da implantação da infraestrutura de Gestão de Riscos no Tribunal, ainda em 2017, dentro do Programa de Implantação de Gestão de Riscos que foi concluído com o término do ciclo do Plano Estratégico do TRT6 para 2015-2020. Novas metas poderão ser definidas para o ciclo do atual Plano para 2021-2026.

**DELIBERAÇÕES:**

- Aprovação, sem ressalvas, da Estratégia de Levantamento de Riscos dos Processos de Provimento de Cargos Magistrados e Servidores;
- Proposto ajustes na Estratégia de Levantamento de Riscos do Processo de Segurança Institucional e adiamento do início das atividades para a segunda quinzena de setembro/2021.
- Aprovação, com ressalvas, da Estratégia de Levantamento de Riscos do Processo de Correição (atividade regulatória). Foi sugerida a inclusão de novos critérios e a adição de novas varas para participação das atividades;
- Aprovação, com ressalvas, da Estratégia de Levantamento de Riscos do Processo de Prestação Jurisdicional (Fase de Conhecimento). Foi sugerida a inclusão de novos critérios e a adição de novas varas para participação das atividades.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO**  
**Comitê de Gestão de Riscos**

Os membros do comitê, identificados a seguir, aprovam e assinam a respectiva ata.

<b>MEMBROS DO COMITÊ</b>	<b>ASSINATURA</b>
<b>LUCIANO JOSÉ FALCÃO LACERDA</b> Secretário-Geral da Presidência	<i>Assinado eletronicamente</i>
<b>ÉRIKA ANTUNES DE ARAUJO GUSMÃO</b> Diretora-Geral	<i>Assinado eletronicamente</i>
<b>CRISTIANE MACHADO NASCIMENTO</b> Corregedoria Regional	<i>Assinado eletronicamente</i>
<b>ALESSANDRO ALCIDES DE SOUZA</b> Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação	<i>Assinado eletronicamente</i>
<b>ELISABETE DUARTE DE SOUSA ALVES</b> Coordenadora de Gestão Estratégica	<i>Assinado eletronicamente</i>
<b>ALEXSANDRA MONTEIRO DA SILVA</b> Seção de Processos Organizacionais/CGE	<i>Assinado eletronicamente</i>
<b>AVANY GOMES DA CUNHA CAVALCANTI</b> Diretora da Secretaria de Auditoria Interna, em exercício	<i>Assinado eletronicamente</i>

